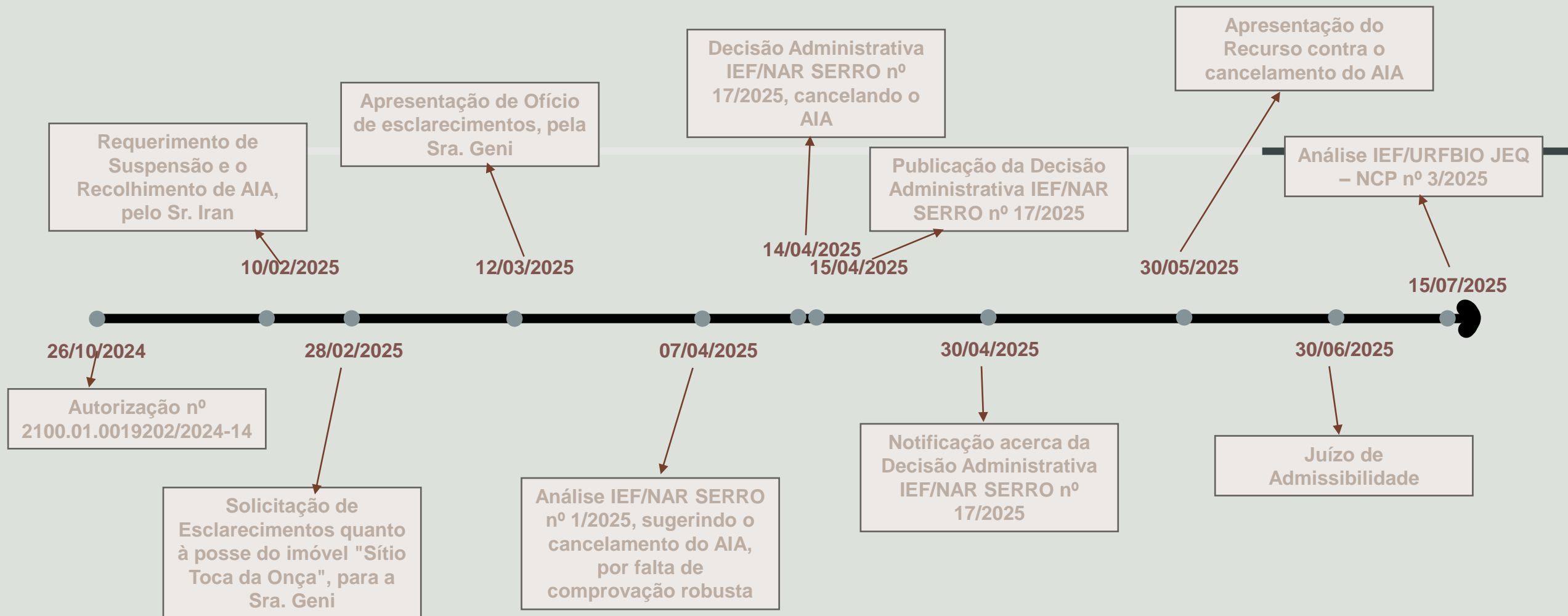


ANÁLISE IEF/URFBIO JEQ – NCP Nº 3/2025

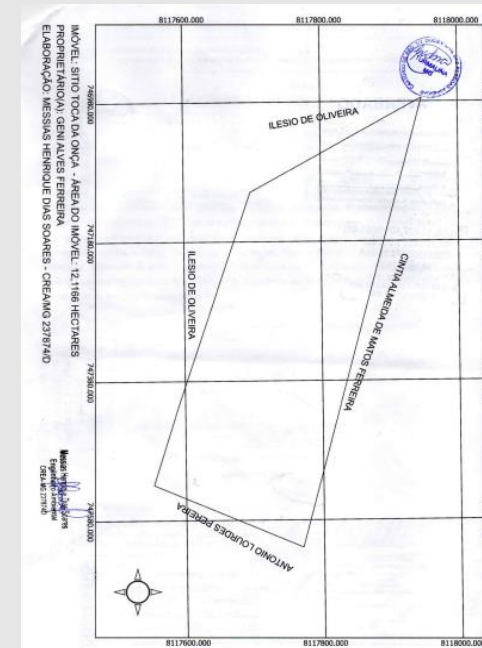
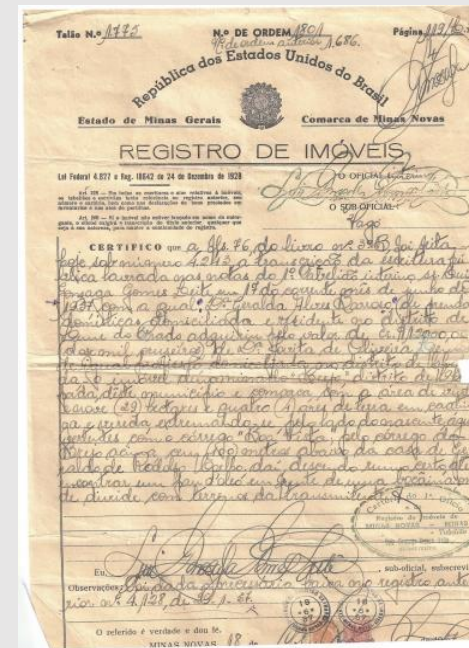
Assunto: Análise de mérito do Recurso apresentado em face de Decisão de Cancelamento da Autorização de Intervenção Ambiental nº 2100.01.0019202/2024-14.

LINHA DO TEMPO

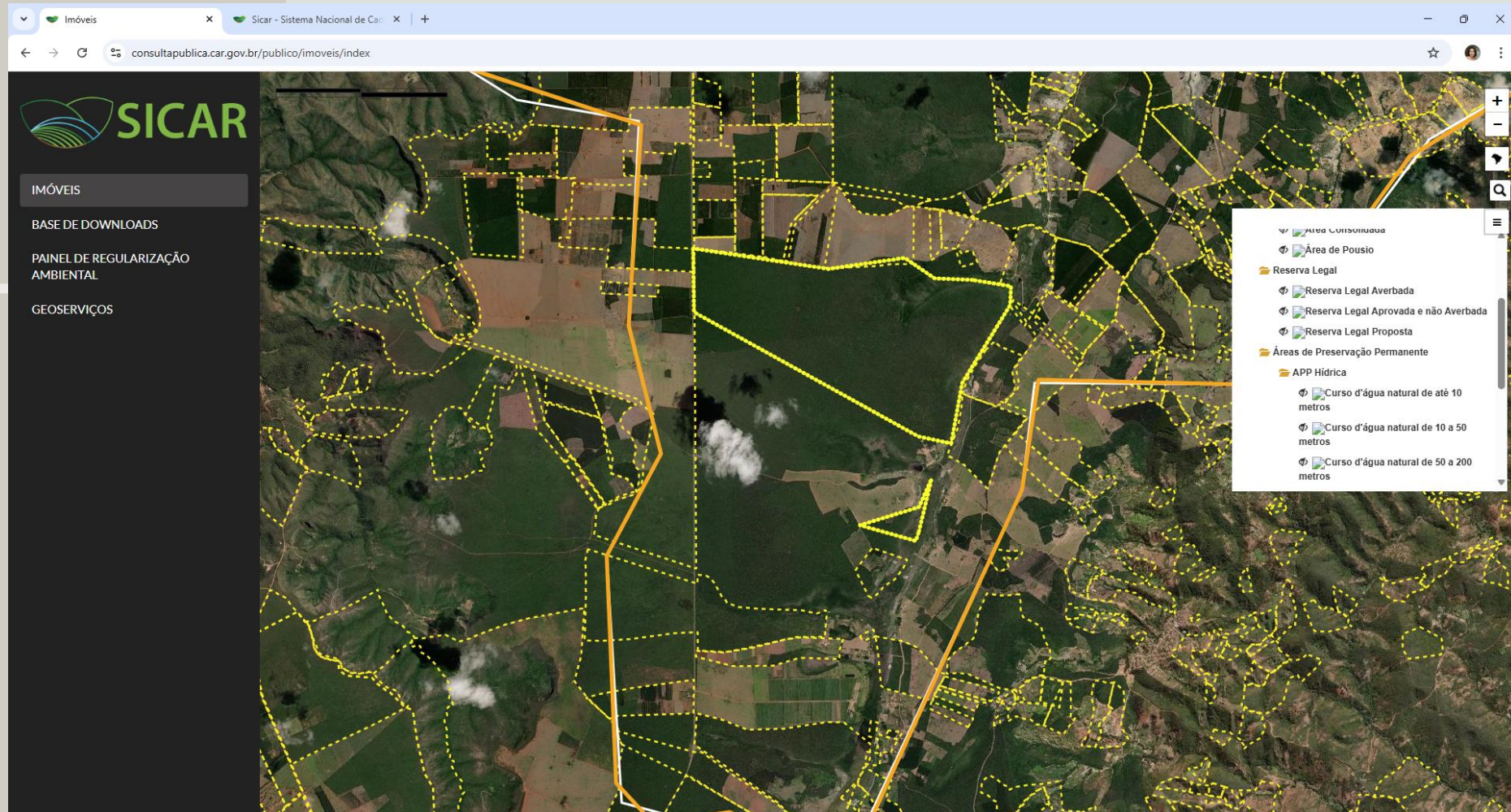


DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA SRA. GENI ALVES FERREIRA

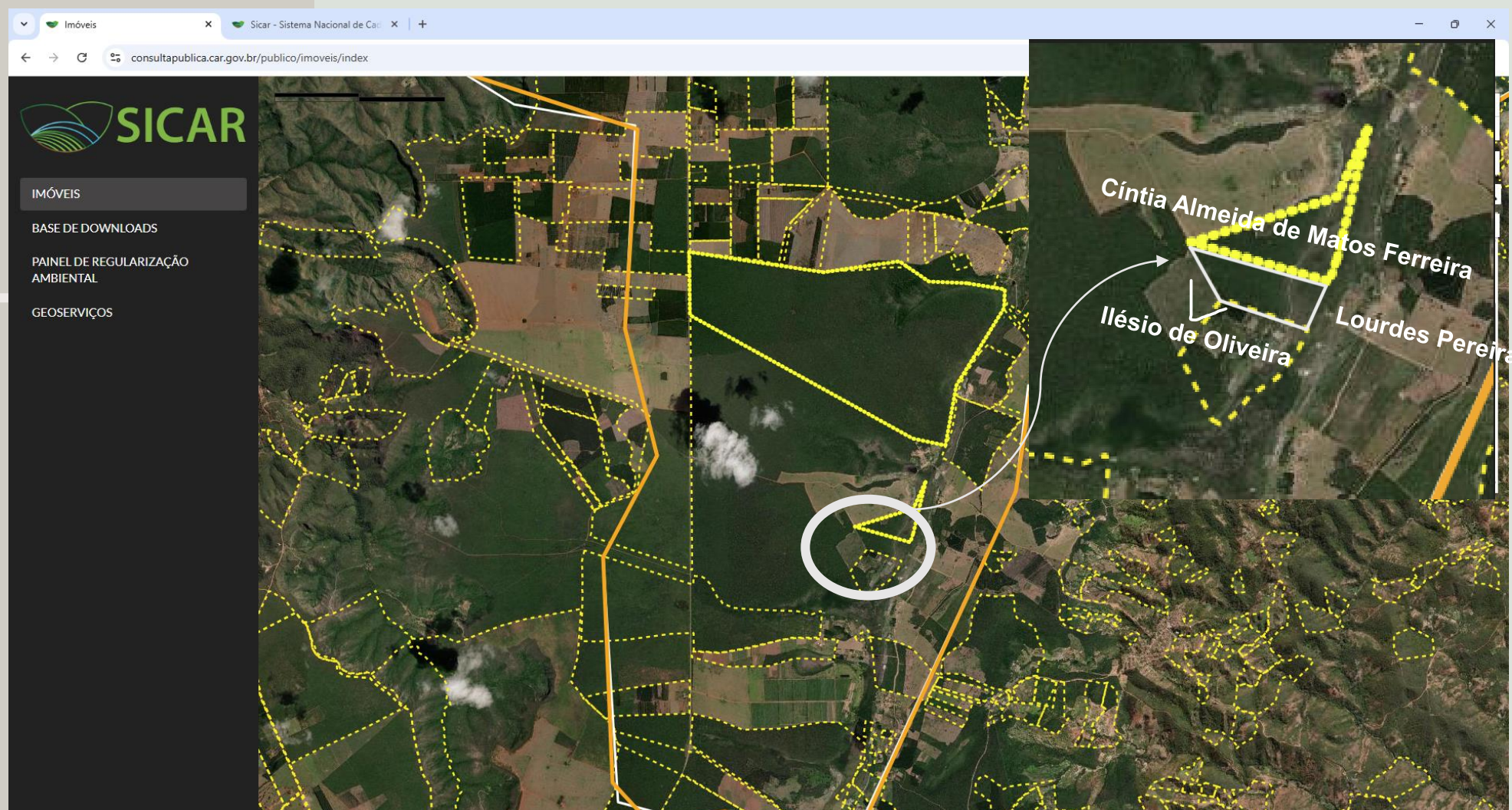
- Documento de imóvel registrado no cartório de Imóveis de Minas Novas/MG em nome da sua mãe, a Sra. Geralda Alves Barroso, em sede de esclarecimentos;
- Em sede de recurso:
 - ITR e CCIR em nome de Ailton Barroso de Sousa;
 - CAR aprovado pelo IEF;
 - Declarações de Posse.



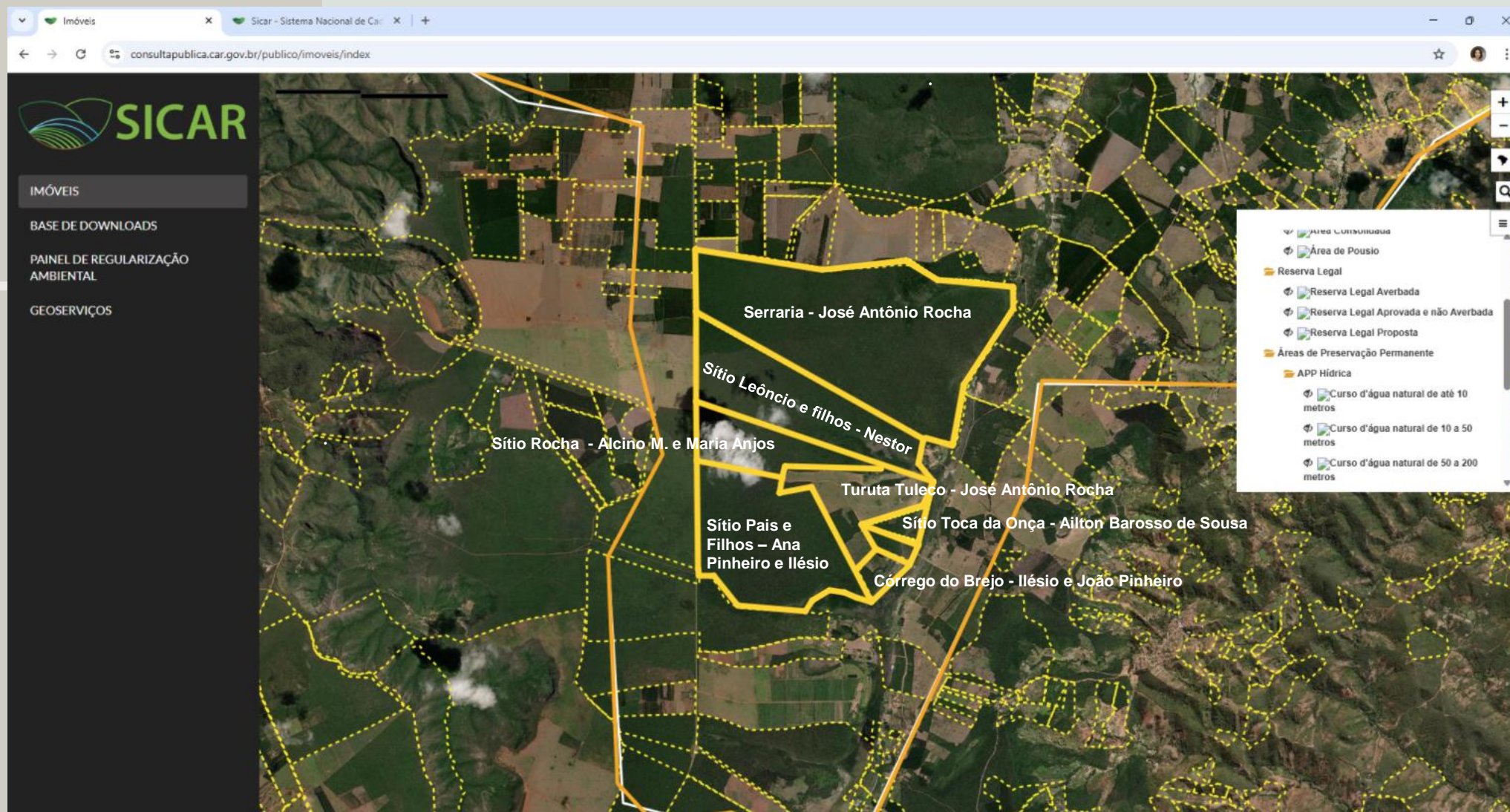
ANÁLISE



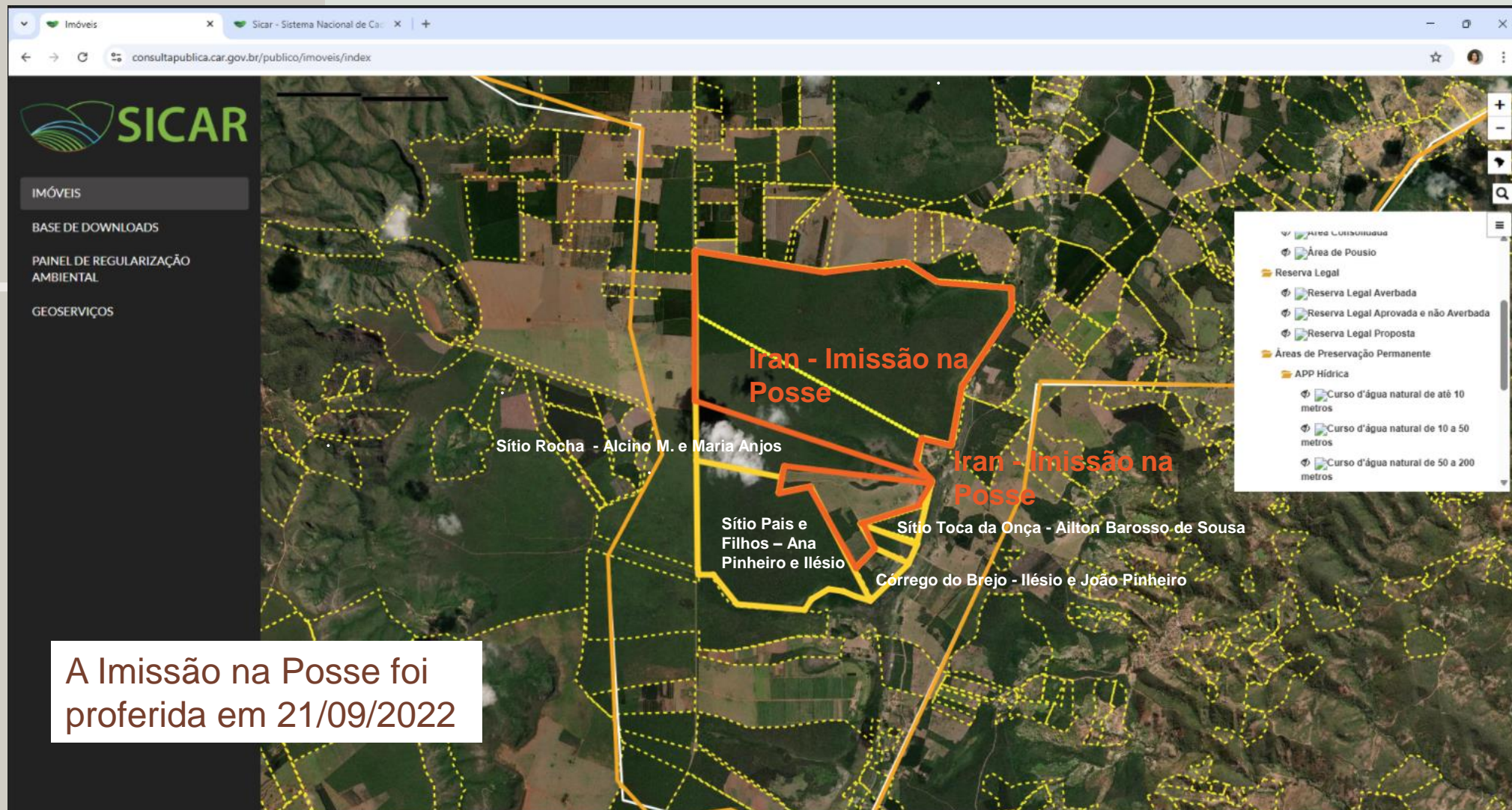
ANÁLISE



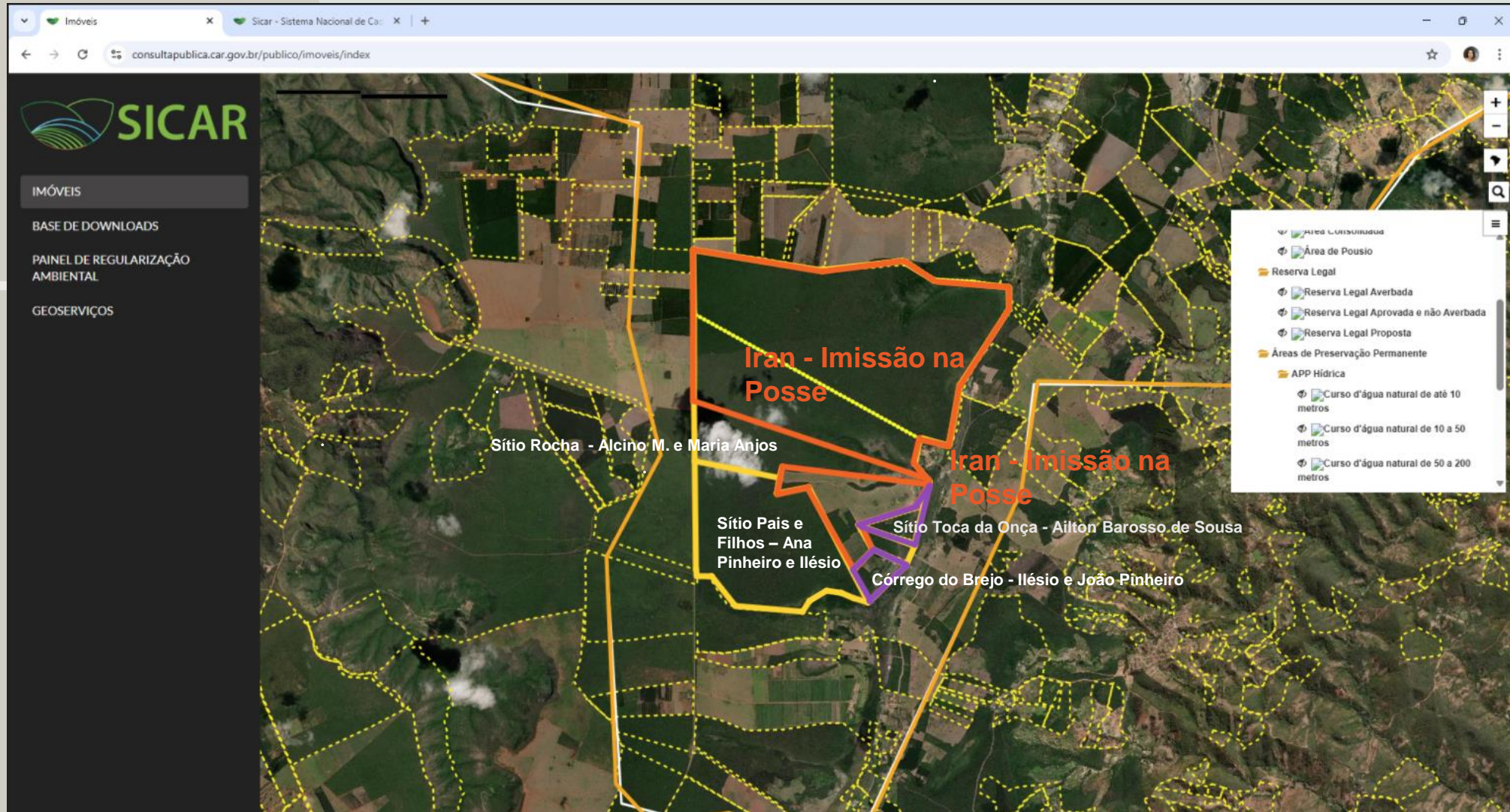
ANÁLISE



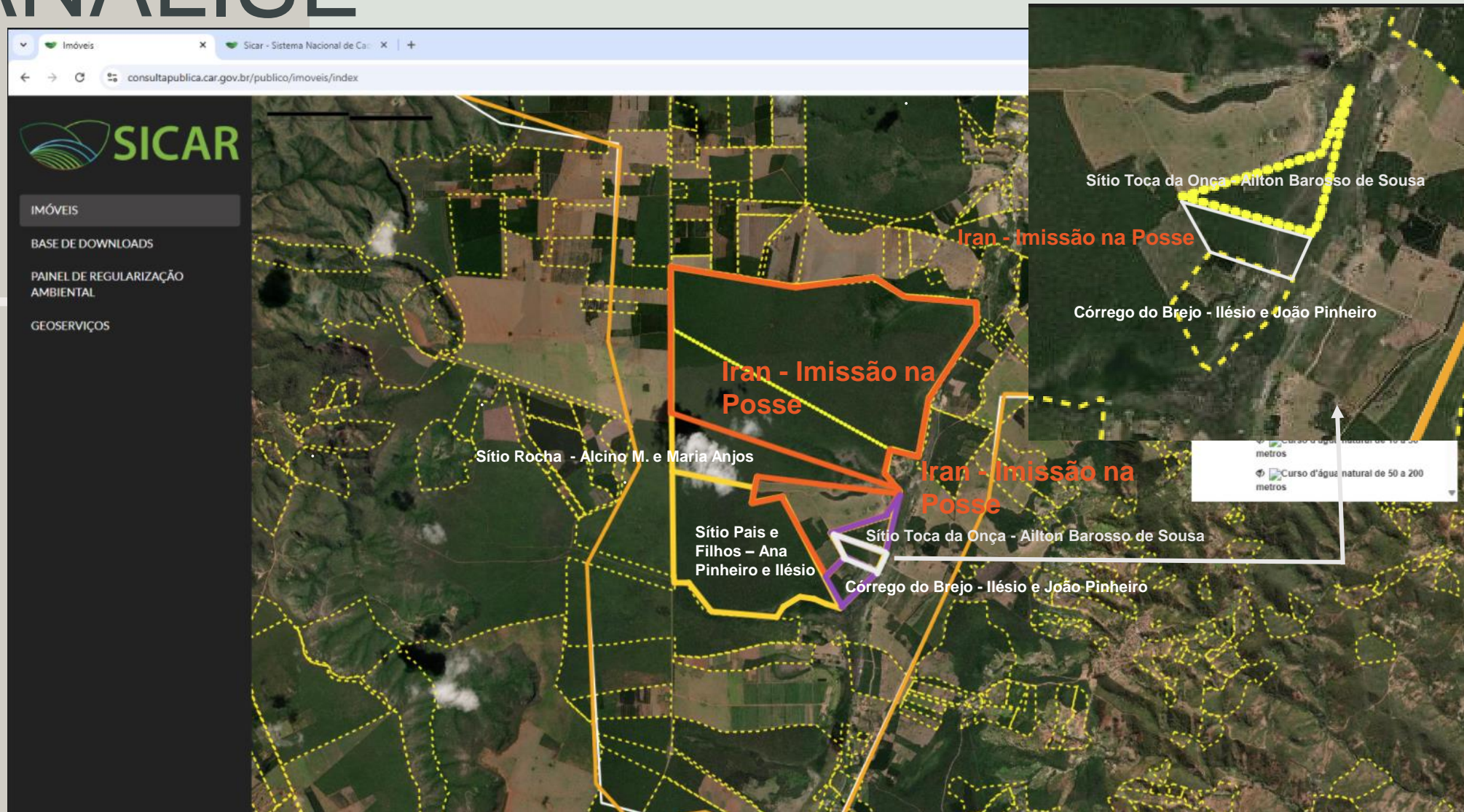
ANÁLISE



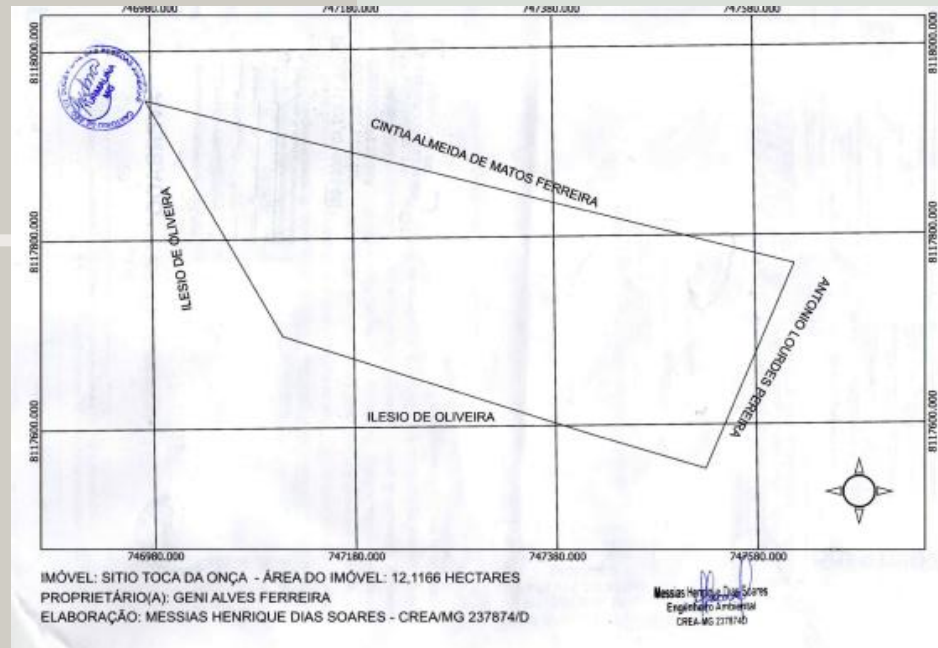
ANÁLISE



ANÁLISE



ANÁLISE



Iran - Imissão na Posse

05 de maio de 2025

ANÁLISE

ITR e CCIR

Sítio "Toca da Onça"



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR
EMISSION EXERCÍCIO 2024

DADOS DO IMÓVEL RURAL

PÁG.: 1 / 1

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL		DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL	
[REDACTED]		SÍTIO TOCA DA ONÇA	
ÁREA TOTAL (ha)	30,6692	CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	Pequena Propriedade Produtiva
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL		DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO	ÁREA CERTIFICADA*
RODOVIA JOEL MARES LMG-677		27/01/2025	0,0000
MÓDULO RURAL (ha)		Nº MÓDULOS RURAIS	MÓDULO FISCAL (ha)
17,0454		1,76	40,0000
		Nº MÓDULOS FISCAIS	FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha)
		0,7667	2,00
ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha)			
REGISTRADA	POSSE A JUSTO TÍTULO	POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO	ÁREA MEDIDA
0,0000	0,0000	30,6692	-
DADOS DO DECLARANTE			
NOME		CPF/CNPJ	
AILTON BARROSO DE SOUSA		[REDACTED]	
NACIONALIDADE		TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS AO IMÓVEL	
[REDACTED]		1	
DADOS DOS TITULARES			
CPF/CNPJ	NOME	CONDIÇÃO	DETENÇÃO (%)
[REDACTED]	AILTON BARROSO DE SOUSA	Proprietário Ou Posseiro Individual	100,00
DADOS DE CONTROLE			
DATA DE LANÇAMENTO	NÚMERO DO CCIR	DATA DE GERAÇÃO DO CCIR	DATA DE VENCIMENTO: **/**/****
17/06/2024	[REDACTED]	09/04/2025	
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R\$)			
DÉBITOS ANTERIORES	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	VALOR COBRADO	MULTA
0,00	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
JUROS			
[REDACTED]			
VALOR TOTAL			
*** QUITADO ***			
OBSERVAÇÕES			
1. ESTE DOCUMENTO SÓ TEM VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA. 2. TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS DO EXERCÍCIO JÁ QUITADA. 3. IMÓVEL NÃO POSSUI DADOS GEOGRÁFICOS CADASTRADOS NA BASE SIGEF/INCRA PARA APRESENTAR O CROQUI/PLANTA.			
ESCLARECIMENTOS GERAIS			
1. ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, ARRENDAR, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTE/LHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS", DE ACORDO COM OS PARÁGRAFOS 1º A 2º DO ARTIGO 22 DA LEI 4.547/66. 2. SEMPRE QUE OCORREREM ALTERAÇÕES NO SEU IMÓVEL, SEJA POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC. OU NAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO, REALIZE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE PROPRIEDADE (DCR) OU PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA OU A UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO - UMC, PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL. 3. AS INFORMAÇÕES DESTES CERTIFICADOS SÃO EXCLUSIVAMENTE CADASTRAIS, NÃO LEGITIMANDO DIREITO DE DOMÍNIO OU POSSE, CONFORME PRECISITA O ARTIGO 3º DA LEI 5.868/72. 4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI LANÇADA COM BASE NAS SEQUENTES LEGISLAÇÕES: LEI 8.847/94, DECRETO LEI 1.869/82, LEI 4.504/64, DECRETO 55.891/65 E DECRETOS LEI 5766. 5. O TERMO "IMPRODUTIVO" NO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA" INDICA QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS ÍNDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO ARTIGO 8º DA LEI 5.868/72. 6. FMP - FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 8º DA LEI 5.868/72. 7. ÁREA CERTIFICADA CONFORME DISPOSTO NA LEI 10.267/01 E SUAS ALTERAÇÕES.			
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS			
1. O PRESENTE DOCUMENTO SÓ PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL. 2. O CCIR COM A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS NÃO QUITADA ATÉ A DATA DE VENCIMENTO DEVERÁ SER REEMITIDO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE MULTA E JUROS - LEIS 8.022/90, 8.847/94 E 8.383/91. 3. O CCIR SÓ É VÁLIDO COM A QUITAÇÃO DA TAXA. 4. A COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS OBEDECERÁ OS SEGUINTE CRITÉRIOS:			

ANÁLISE

ITR e CCIR
Sítio "Toca da Onça"

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2020

IDENTIFICAÇÃO CIB: GDTBHBQ-R NÚMERO DA DECLARAÇÃO : [REDACTED]

NOME DO IMÓVEL RURAL: SÍTIO TOCA DA ONÇA

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO ITR - DIAC

DADOS DO IMÓVEL RURAL

Nome do Imóvel Rural: SÍTIO TOCA DA ONÇA

Área Total do Imóvel: 30,6 ha Código do Imóvel no Incra: [REDACTED]

Tipo Logradouro: Outros Logradouro: RODOVIA JOEL MARES LMG-677

Distrito: SEDE

UF: MG Município: JOSE GONCALVES DE MINAS CEP: 39642-000

O Contribuinte é: Pessoa Física

O Imóvel Pertence a um Condomínio? Não

Imóvel Imune ou Isento do ITR? Não

Esta Declaração é Retificadora? Não

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome da Pessoa Física: AILTON BARROSO DE SOUSA

CPF: [REDACTED] Data de Nascimento: [REDACTED]

Tipo Logradouro: [REDACTED] Logradouro: [REDACTED]

Número: [REDACTED] Complemento: [REDACTED] Bairro: [REDACTED]

UF: MG Município: [REDACTED] CEP: [REDACTED]

DDD/Telefone: () CPF do Cônjuge:

ANÁLISE

CAR

Sítio "Toca da Onça"

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3136520-4D0F.45D6.1DCC.423C.8731.BADB.D0A4.61DB	Data de Cadastro: 18/10/2023 19:28:31
---	---------------------------------------

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Nome do Imóvel Rural: SITIO TOCA DA ONÇA		
Município: José Gonçalves de Minas		UF: Minas Gerais
Coordenadas Geográficas do Centroide do Imóvel Rural:	Latitude: 17°00'40,02" S	Longitude: 42°40'37,05" O
Área Total (ha) do Imóvel Rural: 12,1166		Módulos Fiscais: 0,3029
Código do Protocolo: MG-3136520-32B8.10B6.BDC2.93F4.7694.F331.FD91.CE49		

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR

CPF: [REDACTED]	Nome: GENI ALVES FERREIRA
-----------------	---------------------------

ÁREAS DECLARADAS (em hectares)

		Imóvel	
Área Consolidada	12,1166	Área Consolidada	0,0000
Remanescente de Vegetação Nativa	0,0691	Remanescente de Vegetação Nativa	11,9886
Reserva Legal	12,0476	Reserva Legal	
Área de Reserva Legal		Área de Reserva Legal	2,0739
Reserva Permanente	1,1305		
Reserva	0,0000		

CAR - Cadastro Ambiental Rural

ANÁLISE

Escritura Pública

Imóvel "Brejo", da Sra. Geralda Alves Barroso

NOME DO INFORMANTE		INSCRIÇÃO	RECIBO	
Geralda Alves Barroso			1859	
ENDEREÇO			17.0	
Córrego do Brejo_Mun de Chapada do Norte (MG)			23.9.16	
RELACÃO DOS RENDIMENTOS PAGOS OU CREDITADOS NO DIA DE 19.68			DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - SECRETARIA DA RECEITA FISCAL	
Nome e endereço de beneficiário		Rendimentos		
Rendimentos de assalariados		Natureza	Importância	Imposto descontado
Rendimentos diversos				
Nada a registrar				

Talão N.º 1176 N.º DE ORDEM 1176 1176
1176 de ordem anterior 1.686. Página 1176

República dos Estados Unidos do Brasil

Estado de Minas Gerais Comarca de Minas Novas

REGISTRO DE IMÓVEIS

Lei Federal 4.827 e Reg. 18642 de 24 de Dezembro de 1928

Art. 228 — Em todas as escrituras e atos relativos a imóveis, os tabeliães e escrivães terão preferência no registro anterior, seu número e cartório, bem como nas declarações de bens produzidos em inventários e nos atos de partilhas.

Art. 229 — Se o imóvel não estiver inscrito em nome do sub-registo, o oficial emitirá a transcrição do último anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro.

O OFICIAL: *[Assinatura]*
O SUB-OFICIAL: *[Assinatura]*

CERTIFICO que a fls. 76 do livro n.º 398 foi feita hoje sob o número 4.243 a transcrição da escritura pública lavrada nas notas do 1.º Tabelião interino Sr. Luiz Gonzaga Gomes Leite em 17 do corrente mês de junho de 1937 com a qual: D.ª Geralda Alves Barroso de munda família domiciliada e residente no distrito de Gama do Crato adquiriu pelo valor de Cr. 11.000,00 (doze mil e quinhentos) de D.ª Gerita de Oliveira Torres de igual família domiciliada no distrito de Gama do Crato, município e comarca, com a área de oito hectares (29) e quatro (4) anos de terra em cada um, e herdada, extirpada e pelo lado de nascente águas servidas com o córrego "Bon. Vista", pelo córrego do Brejo acima em (100) metros abaixo da casa de Geralda de Rodolpho Gilbo, daí descendo sempre até encontrar um fazendeiro em frente de uma fazenda em que divide com terras da transmissão do 1.º Oficial.

Eu, *[Assinatura]*, sub-oficial, subscrevi.

Observações: *[Assinatura]* dada a transcrição feita no registro anterior n.º 4.128, de 23.9.16.

O referido é verdade e dou fé.

18.6.17

ANÁLISE

Lastro Possessório

A posse, conforme o art. 1.196, do Código Civil, exige o exercício direto e voluntário de poderes sobre o bem, com *animus domini*, o que não se presume apenas com base no vínculo de filiação ou expectativa sucessória.



ANÁLISE

Robustez dos documentos apresentados pelo terceiro



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

Comarca de Turmalina – Vara Única – Reintegração/Manutenção de Posse

Processo: 5001209-56.2022.8.13.0697 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Mandado: 1

Nosso Nº: 501196-7

Situação do mandado - Cumprido – Ato positivo

CERTIDAO

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, no dia 21 de setembro de 2022, aproximadamente às 11h00m, compareci no endereço indicado, e ali, procedi a IMISSÃO PROVISÓRIA do autor na posse do imóvel, no que segue Auto de Imissão em anexo. Turmalina, 23 de setembro de 2022.

CLEOMAR PINHEIRO DA ROCHA
Oficial de Justiça

Iran Braga Guimarães Ltda ajuizou ação de manutenção/reintegração de posse com pedido de medida liminar, em face de José Antônio da Rocha, Nestor Barbosa da Rocha e Marilinda da Silva Monteiro, já qualificados.

ANÁLISE

Divergência de Localização



CONCLUSÃO

Diante da ausência de comprovação idônea da posse pela recorrente; da identificação da titularidade formal e fática de terceiro - Sr. Iran Braga Guimarães - sobre a área em questão, inclusive com decisão judicial de imissão na posse; da fragilidade dos documentos apresentados pela recorrente e das inconsistências que ensejaram a aprovação do CAR e da AIA, opina-se pelo **INDEFERIMENTO** do recurso interposto, mantendo-se o cancelamento da Autorização de Intervenção Ambiental nº 2100.01.0019202/2024-14, além dos encaminhamentos administrativos cabíveis ao caso.

OBRIGADA

Gabriela Vieira Santos

Coordenadora NAR Serro

IEF/URFBIO JEQ

(38) 3541-2632

gabriela.santos@meioambiente.mg.gov.br
